

# Peemedebista lembra a promessa

Da Sucursal de Brasília

A autonomia política do Distrito Federal é uma bandeira comum aos partidos locais atuantes. A divergência fica por conta da forma e extensão desta nova situação. "Não há divergências em torno da eleição direta para governador", garante Carlos Alberto Muller Lima Torres, presidente regional do PMDB. "Este foi um compromisso assumido pelo presidente Tancredo Neves com a população local e já endossado pelo presidente José Sarney. Só estamos lutando para que esta eleição ocorra já em 86. Não há por que esperar a Constituinte", diz.

Lima Torres acredita também que ainda antes da Constituinte será possível avançar na representatividade para o DF, através de uma emenda à Constituição que dê ao Distrito Federal, a princípio, uma Câmara Municipal. Esta conquista é importante, segundo pensa o PMDB local, para que os vereadores — que seriam os legítimos representantes das cidades-satélites — pudessem funcionar como uma Constituinte local, preparando uma Constituição para o DF e coordenando a grande discussão sobre a conveniência de municipalizar ou não o DF.

Na opinião de Neiva Moreira Filho, 25, presidente regional do PDT no DF, a solução dada pela Comissão Interpartidária do Congresso não atende aos anseios da população brasiliense. "A proposta aprovada — diz ele — é elitista. Com representação só a nível de Congresso Nacional, os favorecidos serão aqueles que tiverem maior poder econômico. O PDT é contra esta solução e continuará lutando pela representatividade plena, de vereador a governador".

O PT também quer ampliar esta representatividade, lutando pela criação de uma Assembléia Legislativa com vistas à futura municipalização do DF. "Esta é a única forma — diz Geraldo Magela, presidente do PT — de o Distrito Federal deixar de ser o quintal do governo federal e passar a ter vida política autônoma".

As divergências dos partidos, contudo, residem na questão da autonomia financeira das cidades-satélites, muitas incapazes de se tornarem auto-suficientes. "O problema da Assembléia Legislativa, que daria ao Distrito Federal características de Estado, de fato ainda não foi bem resolvido pelas lideranças locais", reconhece Neiva Moreira Filho. "A

propósito, só Taguatinga teria condições de ser auto-suficiente".

OAB

O presidente da OAB—DF, Maurício Corrêa, acha difícil conseguir a eleição direta para governador do DF antes da Constituinte, mas entende que isto seria uma grande injustiça. "Brasília sempre foi cassada no seu direito de exercer o voto. O Distrito Federal, agora, deve ser representado na Constituinte para defender seus direitos de comunidade, contribuindo para a reforma desta colcha de retalhos que é a nossa Constituição", diz Corrêa.

Também para o presidente da Fundação Pedrosa Horta, Leandro Amaral Lopes, 42, esta representação deve anteceder a Constituinte. "A representação de Brasília no Congresso Nacional — afirma — resume-se a uma comissão de senadores, absolutamente descomprometidos com a cidade, já que não têm aqui sua residência permanente, e com sua população, que não os elegeu. Mas, sobretudo, Brasília ressentir-se por não participar da escolha dos seus governantes, até então pessoas da confiança exclusiva do presidente da República e, em regra geral, completamente desconhecidos e desconhecidos da cidade".